

Comissão amplia liberdades para os partidos políticos

Da Sucursal de Brasília



Por decisão da Comissão de Sistematização, através da aprovação de duas emendas, os partidos políticos são livres e autônomos para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. A partir da promulgação da nova Constituição, será, também, livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos desde que não utilizem organização paramilitar e tenham caráter nacional. Os partidos terão direito ao acesso gratuito ao rádio e televisão, conforme definir a legislação ordinária.

A emenda do senador José Richa (PMDB-PR), estabelecendo a liberdade de criação para os partidos políticos, foi aprovada por setenta votos contra dezessete. O PDS votou majoritariamente contra. Dos 49 parlamentares do PMDB, apenas oito foram contrários. Outro pedido de destaque, do deputado Roberto Freire (PCB-PE), aprovado por 72 votos a dezesseis, fixou a completa autonomia para funcionamento e organização dos partidos.

A aprovação da emenda Richa acarretava em duas significativas modificações do texto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição: caía a exigência de caráter nacional para o funcionamento de um partido e

ficava permitido aos partidos o recebimento de contribuições de entidades ou governos estrangeiros ou sua subordinação a esses.

Foram quase duas horas de discussão entre o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que presidia a Mesa, e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), inconformado com a queda das duas exigências. Sant'Anna disse que a comissão não estava "suficientemente esclarecida" ao votar a favor da emenda Richa. "De tanto trabalho que fiz, ele recuou", afirmou Sant'Anna, ao conseguir a manutenção dos dois dispositivos. Depois de ter dito quatro vezes que a aprovação da emenda Richa prejudicava as duas exigências, Cardoso recuou e mudou sua interpretação. "Foi uma solução constituída. Recebi o aval de todos os líderes, exceto do PT", disse Cardoso.

Houve uma quebra do regimento, porque a comissão já havia votado a rejeição das duas exigências. "A Comissão de Sistematização não votou com muita atenção", disse o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), que junto a Sant'Anna atacou a retirada da exigência do caráter nacional dos partidos. Além da pressão de Sant'Anna, Cabral também posicionou-se contra a proposta. Como o próprio senador Richa concordava com a manutenção das duas exigências, um acordo partidário deu aval para o recuo de Cardoso.

Leia a opinião da Folha sobre as críticas ao Congresso constituinte no editorial "Ardil progressista", na pág. A-2



Fernando Henrique Cardoso dirige os trabalhos da Sistematização

Rejeitada criação de Tribunal Constitucional

A Comissão de Sistematização rejeitou ontem dois destaques do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) que previam a criação do Tribunal Constitucional e da figura do "defensor do povo" — o "ombudsman". As propostas foram derrubadas por 53 votos a 31 e 61 a 30, respectivamente.

O senador disse que a criação do Tribunal Constitucional diminuiria "o abismo e a distância entre o povo

e o Estado". O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), contrário à idéia, declarou que os Tribunais Constitucionais existem em alguns países da Europa porque lá a declaração de inconstitucionalidade não está sob a competência dos juizes, como está no Brasil. Os deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Gastone Righi (PTB-SP) criticaram o destaque que previa o "defensor do povo".

Sant'Anna muda acordo de líderes

Com um sorriso irônico, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, demonstrou sua força ao término da votação das exigências para o funcionamento dos partidos políticos. Ao lado do deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), conseguiu quebrar o regimento da Comissão de Sistematização e promover a mudança de um acordo acertado entre todos os líderes partidários.

"O Fernando Henrique (que presidiu a sessão) foi incongruente. Me espantou, mas decidi pelo o que eu queria, que era o melhor para o país", disse Sant'Anna. Contrário à rejeição de um inciso que permitiria a criação de partidos estaduais e regionais, ele não cansou de usar o microfone para contestar o entendimento "estapafúrdio" dos líderes e para questionar a interpretação do senador do PMDB que prejudicou essa exigência com a aprovação da emenda Richa.

Ausente de uma reunião dos líderes que acertou um pacote de destaques para o capítulo "Dos Partidos Políticos", Sant'Anna questionou a liderança e não parou até conseguir um

recuo da comissão — contestado apenas pelo PT. Respaldo por constituintes do PFL que votaram "erradamente" a favor da emenda Richa, Sant'Anna conseguiu reverter o decidido.

Prefeitos

Os prefeitos da Associação Paulista dos Municípios começaram ontem a se mobilizar para viabilizar suas reeleições nas eleições municipais do ano que vem. Se a Comissão de Sistematização derrubar o artigo 18 das Disposições Transitórias, todos os atuais ocupantes de cargos executivos poderão se recandidatar.

Apesar da comissão ter proibido anteontem a reeleição para um mandato subsequente dos prefeitos, governadores e presidente da República, ela também aprovou um artigo que estabelece que nenhuma norma referente ao processo eleitoral poderá ser aplicada em qualquer eleição sem que a lei que a instituiu tenha, pelo menos, um ano de vigência. Mas o texto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) ressalva essa exigência para as eleições de novembro de 1988.